



UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ELIANE CRISTINA FURONI V. DOS SANTOS – RA: 1602194

Trabalho de Curso

POLO: JAGUARÉ – SÃO PAULO/SP

2018

São Paulo

2018

ELIANE CRISTINA FURONI V. DOS SANTOS – RA: 1602194

TECENDO O MOVIMENTO OPERÁRIO PAULISTA: O COTONIFÍCIO CRESPI E A GREVE GERAL DE 1917 - UM BREVE ESTUDO DE CASO SOBRE A PARALISAÇÃO DOS OPERÁRIOS NA TECELAGEM DO BAIRRO DA MOÓCA, EM SÃO PAULO, E A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA NA PRIMEIRA GRANDE GREVE DO SÉC. XX

Monografia apresentada à Universidade Paulista – UNIP, do curso de Licenciatura em História, como um dos requisitos à conclusão do curso.

Orientador: Prof(a) . Ms. Leila Dutra Rodrigues

São Paulo - SP

2018

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIANE CRISTINA FURONI V. DOS SANTOS – RA: 1602194

Trabalho de Curso

Monografia apresentada à Universidade Paulista – UNIP, do curso de Licenciatura em História, como um dos requisitos à conclusão do curso.

Aprovada em de de

Banca Examinadora:

Prof

Examinador UNIP

Profa . Ms. Leila Dutra Rodrigues

Orientadora

São Paulo - SP

2018

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos operários de ontem e hoje, que seguem incansáveis na conquista e permanência de seus direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma maneira, participaram da elaboração deste trabalho, considerando que sua realização seria impossível se fosse produzida de maneira solitária. E, em especial:

Ao meu esposo e companheiro de todas as ideias e discussões que me auxiliou, desde o início, sendo meu maior incentivador;

À amiga Elizabeth Florido, jornalista e preservacionista atuante do patrimônio histórico e cultural e moradora do Bairro da Moóca, em São Paulo, que muito contribuiu para as pesquisas iniciais;

À Sônia, da associação de bairro AMOAMOÓCA, que foi prontamente prestativa à minha visita ao local e auxiliou-me com curiosidades e informações;

A Reinaldo José Stávale, parente de senhores que trabalharam no Cotonifício Crespi, o qual, gentilmente, disponibilizou-se a auxiliar-me no que fosse necessário;

Aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo que com solicitude, atenderam às minhas necessidades e, aos demais funcionários de outras instituições que colaboraram ao acesso à documentação de pesquisa: CEDC-PUC-SP, Equipe Hemeroteca – Biblioteca Mário de Andrade, Equipe – Biblioteca Terra livre, ao Nilton do CCS (Centro de Cultura Social) que me auxiliou prontamente na aquisição do livro, cujo autor é um dos personagens mais importantes do contexto de 1917, que é Edgard Leuenroth;

Aos professores da UNIP, em especial, minha orientadora, Prof^a Leila, que desempenhou papel importante na condução e estruturação deste trabalho.

EPÍGRAFE

“A emancipação dos trabalhadores
será obra dos próprios trabalhadores.”

(MARX, K e ENGELS, F. “Manifesto
Comunista”, 1848)

“(…) não há castigo mais terrível
que o trabalho inútil e sem esperança.”

(CAMUS, Albert. “O Mito de Sísifo”,
1942)

SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	9
II.	APRESENTANDO A FUNDAMENTAÇÃO: UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO CAMADA SOCIAL, À LUZ DE IMPORTANTES TEÓRICOS.....	12
III.	O TRAJETO DO CONHECIMENTO.....	14
IV.	A FIAÇÃO DO MOVIMENTO: UM BREVE RELATO DE COMO ERAM AS CONDIÇÕES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX SOB A PERSPECTIVA DO COTONIFÍCIO CRESPI	16
	1. A situação dos tecelões	16
	2. A Política Social.....	17
	3. Os operários e o Cotonifício Crespi.....	19
V.	AS TRAMAS E NÓS DA DURA VIDA: A INFRAESTRUTURA DA VIDA DO OPERARIADO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DOS 1900.....	21
	1. As vilas operárias	21
	2. O básico para sobreviver	22
VI.	A CONFECÇÃO DA AGITAÇÃO – A GREVE GERAL: O ESTOPIM E O DESENROLAR DA SEMANA QUE ABALOU AS RUAS DE SÃO PAULO E AS CONVICÇÕES DOS INDUSTRIAIS	23
	1. A organização	23
	2. O início	23
	3. O desenrolar	24
	4. A greve ganha corpo e movimento	25
	5. Ponto Final?.....	26
VII.	CONHECER PARA REFLETIR: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DO ASSUNTO E SUA IMPORTÂNCIA	27
VIII.	O DESENROLAR DOS FIOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEGADO DA GREVE GERAL E SEUS DESDOBRAMENTOS ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DE CLASSE	29
	1. A reviravolta	29
	2. O saldo positivo	30
	3. A luta não termina, ela permanece.....	31
	BIBLIOGRAFIA.....	32
	ANEXO - DESENVOLVIMENTO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA	35

RESUMO

Em 2017 comemorou-se o centenário da Greve Geral de 1917, ocorrida em São Paulo. E foi durante a participação em eventos que discutiram sobre o tema, que surgiu o interesse em realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre o ocorrido, através de trabalhos acadêmicos de diversos autores e leitura de jornais da época. Dentre todos os episódios desencadeados nos fatos relativos à greve, bem como no seu ápice (quando a paralisação se torna geral), o que definiu para que as pesquisas fossem realizadas foi a necessidade de tentar entender os motivos que levaram os operários a se organizarem naquela proporção e manterem-se firmes em seus propósitos, mesmo diante das ameaças do Estado e dos patrões. Na bibliografia pesquisada, verificou-se que o cerne das discussões acerca da Greve Geral de 1917 está no fato de ter sido um movimento espontâneo ou não. Há divergências entre algumas opiniões, mas o que ficou evidenciado é que houve uma organização e todo um trabalho de conscientização, realizado, principalmente, pelos anarquistas. Neste trabalho, procurou-se mostrar outro fato que é importante na luta da causa trabalhista, que não só a organização – o surgimento da consciência de classe. Através de autores que discutem sobre a luta de classes, observou-se que o movimento de 1917 foi significativo para que os operários tivessem a compreensão de seu papel fundamental no processo produtivo capitalista, lutando pela conquista e permanência de seus direitos. O olhar da monografia foi sob o prisma do olhar do trabalhador, mais precisamente, do trabalhador do início do século XX. A Sequência Didática elaborada faz com que o aluno reviva um dos momentos mais significativos dessa Greve, que é o percurso do enterro do operário Martinez, símbolo e mártir da luta de 1917, promovendo reflexões e consolidando a memória histórica do movimento.

Palavras-chave: indústria, greve, classe, movimento operário

ABSTRACT

In 2017 was celebrated the centenary of the General Strike of 1917, held in São Paulo. And it was during the participation in events that discussed on the subject, that the interest arose in carrying out a more in depth investigation on the happened one, through the academic works of diverse authors and reading of newspapers of the time. Among all the episodes triggered in the events related to the strike, as well as at its apex, when the shutdown became general, what it defined for the searches to be carried out, was the need to try to understand the reason that led the workers to organize in that and remain firm in their purposes, even in the face of the threats of the state and the bosses. In the bibliography researched, it was verified that the core of the discussions about the General Strike of 1917 is in the fact that it was a spontaneous movement or not. There are divergences between some opinions, but what was evidenced is that there was an organization and a whole work of awareness, realized, mainly, by the anarchists. In this work, we tried to highlight another fact that is important in the struggle of the labor cause, that not only the organization - the emergence of class consciousness. Through authors discussing the class struggle, it was observed that the movement of 1917 was significant for the workers to have an understanding of their fundamental role in the capitalist productive process and, through this, to fight for the conquest and permanence of rights. The view of the monograph was based on the prism of the eyes of the worker, more precisely, the worker of the early twentieth century. The elaborate didactic sequence makes the student to relive one of the most significant moments of this strike, which is the funeral of the worker Martinez, symbol and martyr of the struggle of 1917, promoting reflections and consolidating the historical memory of the movement..

Key-words: industry, strike, class, labor movement

I. INTRODUÇÃO

“Todas as pessoas que se encontram trabalhando nos teares mecânicos estão ali de modo forçado, porque não podem existir de nenhum outro modo; via de regra são pessoas cujas famílias foram destruídas e seus interesses arruinados... têm a tendência de ir como pequenas colônias colonizar esses moinhos.” (Inspetor governamental inglês, 1834)

O presente trabalho tem a intenção de evidenciar, através dos estudos de importantes teóricos que se debruçaram sobre a questão do conflito de classes, a memória (por meio da conscientização de pertencimento a uma classe social) do mais significativo movimento operário da primeira década do século XX no Brasil, e quiçá, o mais importante.

Nesta pesquisa bibliográfica, tratou-se de destacar o cenário como palco do movimento: a indústria têxtil no bairro da Moóca, na capital paulista, o Cotonifício Crespi.

A escolha desta fábrica (cujos remanescentes encontram-se na zona leste paulista, abrigo hoje em dia o Hipermercado Extra da Moóca) não foi feita de forma aleatória. Em suas dependências, há exatos 101 anos, iniciou-se o mais expressivo movimento operário brasileiro: A Greve Geral de 1917.

Tal como todas as indústrias têxteis da época, o Cotonifício Crespi mantinha as características e condições de trabalho que serão relatadas ao longo desta produção monográfica, em que os operários, mais precisamente os tecelões, estavam sujeitos durante a nascente industrialização paulista.

Durante a pesquisa, procurou-se verificar três principais inquietações as quais foram o motivo da escolha do tema, sendo elas: O que levou os operários do Cotonifício a iniciarem a paralisação?; Considerando que as condições precárias de vida do trabalhador não eram, apenas, próprias do ano de 1917, o que fez impulsionar essa grande paralisação naquele ano?; Podemos considerar que houve o nascedouro da consciência classista do operariado urbano paulista?

Para tanto, objetivou-se, de forma geral, estudar o início do movimento operário brasileiro e demonstrar sua importância para as gerações trabalhadoras futuras relacionando à consciência de classe. Em sentido específico, o propósito foi identificar e descrever as condições de trabalho nas tecelagens (as grandes indústrias na Primeira República), partindo como ponto simbólico e de estudo, o

Cotonifício Crespi, demonstrando no que essas condições de trabalho e de subsistência contribuíram para a luta da classe trabalhadora por direitos.

E para discorrer a respeito da luta de classes e sua importância na busca e consolidação de direitos, a composição da fundamentação teórica foi embasada nos seguintes autores e suas obras:

- a) **Boris Fausto – Trabalho Urbano e Conflito Social:** O estudo da classe operária brasileira sob a perspectiva das contradições sociais;
- b) **E. P. Thompson – A Formação da Classe Operária Inglesa: A Maldição de Adão:** Thompson parte do estudo da nascente classe operária inglesa, nos idos da Revolução Industrial, fazendo uma análise a partir da visão dos operários, e como os costumes, religião, políticas, influenciam no seu agir enquanto camada social;
- c) **Ricardo Antunes – A Dialética do Trabalho II: escritos de Marx e Engels:** um trabalho que versa sobre a Burguesia e Proletariado e o processo dialético que está intrínseco no trabalho, que ao mesmo tempo é fonte de sustento para as necessidades básicas do proletariado e fonte de exploração na extração da mais-valia para a burguesia, sob a perspectiva dos estudos de Karl Marx;
- d) **Karl Marx – O Capital:** trabalho icônico de Karl Marx, que inicia sua pesquisa sobre a nascente burguesia industrial do século XIX na Europa e a percepção das contradições que levam às rupturas sociais, dentro de uma crítica da economia política.

Assim, a escrita do trabalho foi desenvolvida através da exposição dos capítulos e seus assuntos: **Cap. I - Introdução** – em que a temática e os objetivos são apresentados; **Cap. II - Apresentando a Fundamentação: um pouco sobre a história da formação da classe operária e sua importância enquanto camada social, à luz de importantes teóricos** – seção em que é apresentada a fundamentação teórica para discussão do assunto pesquisado; **Cap. III - O Trajeto do Conhecimento** – seção que apresenta a metodologia do trabalho: procedimentos relacionados à escolha dos dados; **Cap. IV - A Fiação do Movimento: um breve relato de como eram as condições na indústria têxtil do início do século XX sob a perspectiva do Cotonifício Crespi** – seção que contextualiza o palco do movimento de 1917 (o cotonifício) e os motivos que levaram os operários a se organizarem e decidirem pela paralisação; **Cap. V - As Tramas e Nós da Dura Vida: a infraestrutura da vida do operariado nas**

primeiras décadas dos 1900 – seção que descreve a vida dos trabalhadores do início do século XX, contextualizando aspectos da economia, sociedade e cultura, que influenciaram diretamente no movimento grevista de 1917; **Cap. VI - A Confeção da Agitação – A Greve Geral: o estopim e o desenrolar da semana que abalou as ruas de São Paulo e as convicções dos industriais** - seção que relata os dias da greve, o que o movimento operário significou e o que pode ser considerado a partir de então; **Cap. VII – Conhecer para Refletir: uma breve discussão acerca do assunto e sua importância** – seção em que será feita a argumentação e a discussão do assunto; **Cap. VIII - O Desenrolar dos Fios: algumas considerações sobre o legado da greve geral e seus desdobramentos enquanto manifestação de classe** - seção que apresenta a conclusão através da verificação das hipóteses pressupostas inicialmente.

O desenvolvimento da Sequência Didática pautou-se em uma percorrida educativa com a composição de aulas teóricas em sala para contextualização do tema abordado. A intenção é de transpor o assunto para uma atividade didática e participativa, onde os alunos poderão conhecer o trajeto que os grevistas de 1917 realizaram nas ruas de São Paulo, provocando reflexões, questionamentos e consolidando a memória histórica do evento.

II. APRESENTANDO A FUNDAMENTAÇÃO: UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA E SUA IMPORTÂNCIA ENQUANTO CAMADA SOCIAL, À LUZ DE IMPORTANTES TEÓRICOS.

A Revolução Industrial na Inglaterra, entre os séculos XVIII e XIX, trouxe a máquina (a vapor, inicialmente) como meio mais eficaz no aumento da produção. Com isso surge a indústria fabril, mais destacadamente a têxtil, cuja presença está marcada neste trabalho. Emergem novas classes sociais: a burguesia industrial e o proletariado; no entanto há que se considerar que:

“A formação da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar alguma força exterior – a “Revolução Industrial” (...) as condições de trabalho mutável da Revolução Industrial não foram impostas sobre um material bruto, mas sobre ingleses livres (...)” (THOMPSON, 2012, p. 17-18)

Essa transição na produção comercial (que sai da manufatura artesanal para a produção industrial em larga escala) gera, por consequência, aumento nos lucros dos donos do capital, causando dissonâncias entre os personagens envolvidos: de um lado a burguesia industrial, dona dos meios de produção, de outro o proletariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver.

A tensão gerada entre o capital e o trabalho produz desequilíbrios de forças e de interesses motivando a luta de classes, conforme preconiza a metodologia utilizada por Karl Marx (1818-1883), a dialética materialista, em seus estudos sobre a economia nascente e seus efeitos, no século XIX.

E.P. Thompson em sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa- Vol II”, evidencia essa importância, na formação da classe operária entre 1790 e 1830:

“(...) Isso é revelado, em primeiro lugar no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes” (THOMPSON, 2012, P. 17)

O equilíbrio dessas forças é possível quando há conscientização de que o proletariado é a parte mais importante do processo produtivo industrial, sendo a

mão-de-obra cujo papel independente das máquinas, torna-se imprescindível, agregando valor à produção final.

No nível econômico, a moderação estaria em conter a retirada da mais-valia, a qual gera mais lucro ao dono do meio de produção e causa prejuízo ao dono da força de trabalho, sendo-lhe retirado o justo valor do salário, roubando-lhe em horas fundamentais para a preservação de sua integridade física e qualidade de vida.

A necessidade de sobrevivência dos mais necessitados, nessa cadeia produtiva, constrói, por diversos motivos que não só o econômico, a alienação.

“Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se, também, o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado.” (ANTUNES, 2013, p. 224)

Conscientizar-se a respeito de sua posição dentro da pirâmide da produção capitalista é o primeiro passo para refrear a tensão causada entre o explorador e o explorado. O entendimento aliado ao sentimento de pertencimento torna-se a mola propulsora da luta por direitos, por equilíbrios.

A conscientização não advém de um ato puramente espontâneo, mas ocorre através sim, do auxílio que traz a educação e o conhecimento da própria história e seus percursos. O trabalho dos anarquistas, nesse sentido, teve grande impacto para que a Greve Geral de 1917 tomasse a proporção e convicção dos operários na luta, nas palavras de Fausto (1977): “(...) a greve geral de julho de 1917 em São Paulo abriria uma conjuntura histórica cujos limites se estendem cronologicamente até 1920.”

A união e a coesão de ideias, sem dúvidas, geram a força. Através dessa força é que as reivindicações são ouvidas, direitos e deveres são implantados e mais do que isso: a execução da constante vigilância para que haja permanência dos direitos conquistados, uma vez que o sistema capitalista, por natureza, sempre será sustentado pela geração de lucros através da exploração contínua e crescente da mão-de-obra proletária.

III. O TRAJETO DO CONHECIMENTO

O presente trabalho foi formatado através de uma pesquisa analítico-bibliográfica, no decorrer de um ano e oito meses, aproximadamente.

A pesquisa teve início em 2017, ano em que se comemorou o centenário da greve de 1917.

Inicialmente, a partir da curiosidade que o assunto incitou, foram realizadas pesquisas bibliográficas, cujas referências, *a priori*, apoiaram-se na tese da Prof^a. Dr^a. Christina da Silva Roquette Lopreato, defendida no ano de 1996 na UNICAMP, tendo como título: O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917.

Para se partir de um ponto simbólico, escolheu-se o Cotonifício Crespi, local que foi palco do início da greve geral de 1917, cujo prédio original ainda permanece no bairro paulista da Moóca, zona leste da capital.

Assim, a pesquisa foi realizada através do seguinte roteiro:

- a) Levantamento bibliográfico dos principais autores e obras que discorreram sobre a paralisação dos operários, na cidade paulista, em 1917;
- b) Levantamento bibliográfico em repositórios de artigos científicos como Scielo e das Instituições: USP, UNICAMP, FGV, UFMG.
- c) Pesquisa em jornais operários da época, disponibilizados em imagens pelo Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP;
- d) Elaboração de fichamento e diário de leituras, fazendo uma triagem dos assuntos relevantes e sua catalogação;
- e) Visita ao Arquivo Histórico Municipal de São Paulo para verificação da documentação da planta do edifício do Cotonifício Crespi, à época dos fatos estudados, no intuito de entender melhor a dimensão da fábrica e sua produção;

- f) Levantamento de informações estatísticas, através da leitura do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (DET), realizada nas dependências do Centro de Documentação e Pesquisa da PUC-SP;
- g) Participação, como ouvinte, no Seminário realizado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/IFCH) na Universidade de Campinas, sobre o tema: O Centenário da Greve Geral de 1917;
- h) Participação em curso de extensão sobre pesquisa em História, na PUC-SP;
- i) Visitas in loco ao prédio remanescente do Cotonifício Crespi e conversas informais com os integrantes da associação de bairro AMOAMOÓCA, cuja sede encontra-se no mesmo edifício.

Os dados foram recolhidos, catalogados, cruzados com informações para se conhecer o que de mais atual tem-se abordado sobre o assunto. O que pode ser constatado é que as abordagens acerca da greve geral de 1917 pairam sobre o aspecto da influência anarquista que deu força para o movimento.

No entanto, a intenção desta pesquisa que é saber se houve uma identificação enquanto classe social, por parte dos operários, partindo dos tecelões e tomando outras categorias, foi satisfatoriamente corroborada, através dos fatos descritos e discutidos entre vários autores/pesquisadores, mostrando que a consciência de classe, na greve geral de 1917 foi o diferencial das demais greves anteriores.

IV. A FIAÇÃO DO MOVIMENTO: UM BREVE RELATO DE COMO ERAM AS CONDIÇÕES NA INDÚSTRIA TÊXTIL DO INÍCIO DO SÉCULO XX SOB A PERSPECTIVA DO COTONIFÍCIO CRESPI

1. A situação dos tecelões

O trabalho exploratório e extenuante da mão-de-obra operária sempre foi característico do modo de produção industrial no início do século XX. No entanto, é em 1917 que a situação, de forma geral, torna-se mais complicada.

A carestia da vida (alta dos preços dos bens de consumo de primeira necessidade) e as condições insalubres de moradia e infraestrutura da vida dos operários juntam-se ao cenário internacional em plena Primeira Guerra Mundial.

Com a entrada da Itália no conflito, os industriais brasileiros (imigrantes italianos em sua maioria), começam a cobrar de seus funcionários a contribuição “pró-pátria”. Uma espécie de tributo de guerra descontado dos salários dos operários italianos (estatisticamente, a grande maioria), cuja arrecadação era encaminhada à Itália em combate. Essa prática trazia a “ideia de que os trabalhadores oriundos da Itália deveriam se sacrificar em nome da defesa da terra-mãe”, nas palavras de Lopreato (1996).

Não obstante, verificam-se condições precárias de segurança e higiene dentro das fábricas: pouca ventilação, poeira, agentes químicos e maquinário altamente perigoso para o manuseio, inclusive o infantil – outra faceta da terrível exploração da mão-de-obra - o número de crianças menores de doze anos que trabalhavam nas fábricas era alarmante.

Devido à guerra, a produção industrial interna brasileira aumentou. Com isso, aumentaram-se as horas de trabalho, tendo o trabalho noturno imprescindível no mecanismo da obtenção de lucro do empresariado fabril.

E é nesse cenário que a exploração do trabalho feminino e infantil ganha corpo, com sua mão-de-obra barata e facilmente controlável.

Nos galpões, onde estavam centenas de teares e fusos, encontravam-se homens, mulheres, garotos e garotas, em meio à poeira, aos fios e aos carretéis que escapavam das máquinas, os quais, quase sempre, atingiam um operário gravemente. A produção frenética correspondia às extensas horas de trabalho (dez, doze e até mesmo, dezoito horas por dia), tendo como descanso semanal, apenas parte do domingo. Conforme destaca Ribeiro (1988) em sua obra – *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista*:

“Ao entrar na fábrica de fiação e tecelagem de algodão, na opinião dos observadores, três aspectos de seu ambiente sobressaíam: a espessa camada de poeira, a umidade combinada com o calor abafado e o barulho ensurdecedor das batidas compassadas dos teares. Nesse ambiente estavam mergulhados numerosos operários, compondo fileiras lado a lado das máquinas.” (RIBEIRO, 1988, p. 116)

O tratamento aos operários, realizado por parte da gestão das fábricas, também compunha esse amálgama de sujeições e sofrimentos. Nas seções, havia a figura do contramestre, uma espécie de encarregado responsável pela inspeção dos trabalhos e dos trabalhadores. Exercia sua função com maus tratos, injúrias e, muitas vezes, o cometimento de abusos sexuais contra as operárias.

2. A Política Social

Existiam Leis que preconizavam que os ambientes de trabalho deveriam estar com suas instalações perfeitas e com boa ventilação. Entretanto, os industriais faziam da legislação, “letra morta”. O DET (Departamento Estadual do Trabalho), em 1914, já reconhecia a violação às leis pelos industriais, no entanto, continuavam impunes e menosprezando as normas legais, conforme nos elucida Lopreato (1996).

Havia o Código Sanitário – Lei nº 432 de 1896, em que era preconizado: “Art. 180 – As crianças menores de 12 anos não deverão ser admitidas aos trabalhos

comuns das fábricas e oficinas. As autoridades competentes poderão, entretanto, determinar certa ordem de trabalho acessível às crianças de 10 a 12 anos. Art. 181 – O trabalho noturno, além das 9 horas, é terminantemente proibido aos meninos menores de 15 anos e às mulheres até 21 anos.” Todavia, jornais da época denunciavam a entrada de menores e mulheres no começo da noite e suas saídas, na manhã do dia seguinte, em vários dos estabelecimentos fabris:

“Assistimos a entrada de cerca de 60 menores, às 7 horas da noite (...). Essas crianças saem às 6 horas da manhã. Trabalham, pois, 11 horas a fio em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos(...) O pior é que elas se queixam de serem espancadas pelo mestre de fiação (...) Alguns apresentam ferimentos produzidos por uma manivela. Tratam-se de crianças de 12, 13 e 14 anos.” (Jornal O Combate, 1917)

As reivindicações, por parte do operariado, eram silenciadas através da repressão policial. Manifestações paredistas eram coibidas violentamente e os grevistas eram demitidos das fábricas, entrando para “a lista dos indesejáveis”. Fatos esses, que conjugavam com a ideologia governamental da época, de que a questão social era um assunto a ser resolvido pela polícia.

Não havia organizações sindicais, como as que conhecemos hoje em dia. O que existiam eram as Ligas Operárias de Bairro (onde os operários se organizavam para discutirem sobre sua situação) e que, mais tarde, já na Greve Geral de 1917, surge o CDP – Comitê de Defesa Proletária.

Outra questão importante, que contribuiu para a insatisfação da classe operária, eram os pagamentos de salários: valores que não acompanhavam a alta do custo de vida, somados ao agravante dos descontos da contribuição “pró-pátria” e por erros cometidos no produto final. Qualquer falha verificada na produção era passível de desconto no provento do trabalhador.

Más condições de trabalho, jornadas extenuantes, salários miseráveis, doenças laborais, péssimo tratamento aos trabalhadores: essa era a realidade do operariado da nascente industrialização brasileira, mais especificamente neste estudo, da industrialização paulista.

3. Os operários e o Cotonifício Crespi

E é através do contexto relatado que descrevemos o Cotonifício Crespi, resgatando a memória dos trabalhadores responsáveis pelo início da mais significativa greve do começo do século XX.

Conforme foi abordado, o cotidiano fabril exigia absurdamente do operariado. O contingente de crianças e mulheres no Cotonifício Crespi, de acordo com o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho¹, por volta dos anos de 1911 e 1912, já perfazia um total de 1.345 trabalhadores, sendo que: 340 eram homens adultos, 628 eram mulheres a partir de 16 anos e 377 eram menores de 16 anos, entre meninos e meninas.

Um dos motivos para o crescente número de menores e mulheres no quadro de funcionários era, indiscutivelmente, as condições socioeconômicas em que viviam as famílias operárias no começo daquele século. No entanto, a cultura e o empenho dos pais, sob o incentivo dos patrões, de preferir que seus filhos fossem trabalhar nas fábricas a ficarem “na vadiagem”, também contribuiu com um grande salto na política do barateamento do custo da mão-de-obra.

Contudo, voltemos à atenção ao “palco” do movimento grevista de 1917: O Cotonifício Crespi.

Rodolfo Enrico Crespi, conhecido como Conde Rodolfo Crespi, juntamente com Matarazzo, Gamba, Pinotti, Street e tantos outros industriais, foi um dos expoentes da indústria têxtil paulista.

Veio da Itália em 1893 e fez sociedade numa fábrica de tecidos (Regoli, Crespi e Cia), com seu futuro sogro, tornando-se, posteriormente, o único dono e fundando o Cotonifício Rodolfo Crespi, já no início da primeira década dos 1900.

A fábrica, localizada no bairro da Moóca, na capital paulista, cresceu rapidamente durante sua gestão, tanto em produção quanto no aumento de seu edifício, configurando uma construção de três andares que compõe o quadrilátero das ruas dos Trilhos, Taquari, Visconde de Laguna e Javari. Um grande poderio têxtil para a época, perdendo, apenas, para o império de Francisco Matarazzo.

Com o desenrolar do ano de 1917 e a alta produção têxtil, as condições precárias dentro das fábricas não eram, em nada diferente, no Cotonifício Crespi. Isso propiciou a participação de muitos trabalhadores, principalmente mulheres, nas reuniões noturnas ocorridas na sede da Liga Operária do Bairro da Moóca. As ideias revolucionárias, trazidas pelos anarquistas que emigraram da Europa, pairavam nessas reuniões e auxiliavam no entendimento sobre a real situação em que o trabalhador era colocado.

Conforme nos elucida o trabalho de Christina da Silva Roquette Lopreato, em sua tese defendida na UNICAMP/SP em 1996, o movimento da greve se inicia quando, aproximadamente, 110 tecelões reunidos em assembleia na Liga, decidem reivindicar à direção do Cotonifício Crespi aumento dos salários, abolição do desconto em favor do Comitato Italiano Pró-Pátria e o fim do trabalho noturno para menores e mulheres.

Há que se ressaltar que o Cotonifício já empregava, neste período, em média, 2.000 funcionários. Era uma das fábricas que dispunha de grande bem econômico e material, tendo sido uma das primeiras clientes da Light (São Paulo *Tramway, Light and Power Company*), empresa responsável pela distribuição de energia elétrica e transporte de bondes.

¹ Dados aproximados, extraídos da leitura do Boletim do DET (1911/1912) - Biblioteca do Centro de Documentação e Pesquisa da PUC-SP

V. AS TRAMAS E NÓS DA DURA VIDA: A INFRAESTRUTURA DA VIDA DO OPERARIADO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DOS 1900

1. As vilas operárias

A situação de infraestrutura de vida do operariado fabril era das mais precárias possíveis. Muitos viviam nas vilas operárias: moradias construídas pelos industriais cujos alugueis eram descontados dos salários pagos aos funcionários-inquilinos. As casas eram constituídas de pequenos cômodos que, muitas vezes, eram divididos entre os membros pertencentes a mais de uma família.

A vila operária, para o industrial locatário, constituía-se em mais uma ferramenta de exploração na relação “capital-trabalho”. Estabelecia o domínio da mão-de-obra dentro e fora das fábricas, assim como esclarece Blay (1985):

“Durante a primeira etapa da industrialização, o industrial construía vilas operárias e mantinha sua propriedade sobre elas. O trabalhador alugava uma moradia e pagava um aluguel à fábrica. Portanto, do ponto de vista do salário, é lícito esperar que a empresa podia empreender dois tipos de política: 1. Manter salários baixos e oferecer a casa a preço baixo, obtendo então uma redução no dispêndio monetário pela redução de salários nominais; 2. Manter salários baixos e elevar os alugueis, provocando com isso uma maior redução dos salários nominais.” (BLAY, 1985, p. 18-19)

Os bairros paulistas da Moóca, Brás, Bom Retiro e Luz compuseram os bairros operários da capital São Paulo. O Cotonifício Crespi, assim como outras indústrias, também possuía sua vila operária. Hoje é uma rua sem saída próxima ao remanescente do prédio, que leva o nome de Rua Cavalheiro Rodolfo Crespi.

A vida cotidiana, para além dos turnos de trabalho, não oferecia muito descanso: as longas jornadas de trabalho, inclusive aos finais de semana, roubava do trabalhador o tempo necessário para o bem-estar social.

2. O básico para sobreviver

A alimentação, apesar dos altos custos, não oferecia a qualidade necessária e adequada. Eram vendidos alimentos adulterados; muitas vezes com misturas de componentes diversos para se aumentar o peso do produto. A farinha era um bom exemplo dessa prática: misturada com fubá ou outro tipo de elemento, rendia lucros ao comerciante.

Na economia liberal da época, entravam em cena os açambarcadores de mercadorias. O comerciante retinha o produto em estoques, forçando a alta nos preços inclusive de seus derivados, exemplificando o caso da farinha e do pão.

Com uma fiscalização insuficiente, ou quase inexistente por parte do Estado, a qualidade na alimentação do trabalhador chegava a níveis alarmantes de descaso.

Sem um assistencialismo social, sem leis de proteção ao trabalhador que fossem, rigidamente, cumpridas pelo patronato, sem acesso a cuidados básicos de saúde (como postos, hospitais) e sem a existência de uma seguridade em caso de acidente de trabalho, a perspectiva e qualidade de vida dos operários eram constantemente ameaçadas.

A vida do trabalhador fabril da primeira década do século XX estava fadada a um círculo vicioso: trabalho extenuante – custo de vida alto – baixos salários – necessidade de sobrevivência.

Conforme bem descreve Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall, no livro *A Classe Operária no Brasil Vol. II*:

“(...) A maior parte deles tem família, mas o seu horário é tão estafante que as alegrias da família não podem ser usufruídas. De manhã, quando sai para a fábrica, a família está mergulhada no sono, e à tarde o cansaço não permite cerimônias. Quando qualquer criança fica doente apenas pode pensar nela. O trabalho absorve sua atenção e todos seus pensamentos.” (PINHEIRO, HALL, 1981, p. 163)

VI. A CONFECÇÃO DA AGITAÇÃO – A GREVE GERAL: O ESTOPIM E O DESENROLAR DA SEMANA QUE ABALOU AS RUAS DE SÃO PAULO E AS CONVICÇÕES DOS INDUSTRIAIS

1. A organização

Nas reuniões da Liga Operária da Moóca, cuja participação, em sua maioria, era de mulheres operárias do Cotonifício Crespi, conforme enfatizado, discutia-se o ideário anarquista-revolucionário. A corrente ideológico-política anarquista foi trazida com a vinda de imigrantes italianos e espanhóis que aqui se fixaram na força de trabalho fabril.

Esse ideário sustentava que o enfrentamento direto (a greve) era a forma mais eficaz de fazer com que o patronato cumprisse o mínimo de direitos a que os trabalhadores tinham. Questões como exploração da mão-de-obra infantil e feminina, horas extensas de trabalho, baixos valores de salário, dentre tantas outras mazelas, eram discutidas entre seus integrantes.

2. O início

O acirramento das dificuldades de ordem social e econômica, no ano de 1917, como a ocorrência da Primeira Grande Guerra, no nível internacional e o açambarcamento de mercadorias que causavam o aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade (a carestia da vida), em nível nacional, foram alguns dos fatores que contribuíram para que os trabalhadores dessem um basta na difícil situação.

E foi assim, que em meados de 1917, em uma das seções do Cotonifício Crespi, trabalhadores cruzam os braços no meio do expediente. Ação que foi

combinada e coordenada em reuniões da Liga, de acordo com o que nos conta Del Roio (2017):

“(…) A assembleia aconteceu de forma bastante atípica, pois foi realizada a portas fechadas. E as resoluções não foram divulgadas ao público. Fato é que no dia 10 de junho, uma comissão de tecelões apresentou aos diretores do Cotonifício Crespi uma pauta de reivindicações. Os operários se revoltavam com o prolongamento do serviço noturno e exigiam 20% de aumento salarial.” (DEL ROIO, 2017, p.55).

Suas principais reivindicações eram: aumento de salário, fim da jornada noturna para crianças e mulheres, abolição da contribuição “pró-pátria”, redução da jornada de trabalho passando da média de 10 a 15 horas diárias, para 08 horas diárias.

3. O desenrolar

A resposta da direção da fábrica foi negativa e imediatamente promoveu-se o *lock-out* (medida em que o empresário fecha a fábrica, impedindo o restante dos operários de trabalhar). Essa era a prática dos industriais na tentativa de forçar os trabalhadores a retornarem aos seus postos, sob o receio de perderem seus empregos e ficarem sem o único sustento de vida, enfraquecendo assim, o movimento grevista. Nas palavras de Silveira (2016): “(…) Crespi já tinha um histórico de encarar as greves como provocações e costumeiramente adotava posições de enfrentamento contra elas, como por exemplo, a tática do *lock-out* (fechamento da fábrica).”

Ocorre que dessa vez aconteceu diferente. O Conde Rodolfo Crespi não imaginava que os trabalhadores estavam certos e seguros do que queriam e não voltaram atrás, permaneceram com a paralisação.

Os tecelões juntaram-se na força da luta e partiram para as ruas. Assim como nos ensina Lopreato (1996), era o início da “semana trágica” de 1917.

Outras fábricas aderiram ao movimento. A historiografia nos dá conta, através de relatos de jornais operários como “A Plebe” (do tipógrafo e militante

anarquista, Edgard Leuenroth), que muitos trabalhadores aderiram à greve em sinal de solidariedade. Talvez esse fosse o despontar da consciência de classe adquirida. Outras categorias, como sapateiros, carpinteiros, padeiros, etc, também aderiram ao movimento, nenhuma paralisação havia, até então, tomado tal proporção.

Rodolfo Crespi, assim como outros industriais, mantivera-se irredutível em atender à pauta grevista e em pouco tempo, a polícia estava nas ruas para conter a massa de trabalhadores insatisfeitos.

4. A greve ganha corpo e movimento

A situação na capital paulista estava em clima de guerra civil. Os jornais relatavam, diariamente, os acontecimentos.

O ponto culminante do enfrentamento entre a polícia e os grevistas foi o confronto ocorrido em frente à Tecelagem Mariângela (do Conde Matarazzo), localizada no bairro do Brás, no dia 09 de julho de 1917. Lá, o jovem sapateiro José Iniguez Martinez (ou Antônio J. Martinez – não há consenso em relação ao nome correto) foi gravemente baleado, vindo a falecer na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, no dia seguinte. Conforme descreve Maria Auxiliadora G. Decca em palestra proferida no Centro de Cultura Social em 1987, relatada no livro que homenageia o tipógrafo e militante anarquista Edgard Leuenroth: “(...) O Brás vira um campo de guerra; a massa é atacada a tiros, caem feridos de todos os lados (...)Entre eles cai o sapateiro anarquista Antônio J. Martinez, que foi baleado com um tiro no estômago.”

O dia 11 de julho de 1917 amanheceu mais agitado que nos dias anteriores: uma multidão se concentrou em frente à casa de Martinez para conduzir o féretro até o Cemitério do Araçá.

E é durante o cortejo fúnebre que adeptos vão se juntando aos demais grevistas. Ao longo da caminhada, discursos são improvisados, palavras de ordens

são proferidas, bandeiras anarquistas são agitadas. Conforme Decca (1987): “Os operários deixam de ser expectadores para serem personagens principais.”

A multidão toma conta das ruas de São Paulo. Martinez torna-se o aglutinador e mártir da Greve Geral de 1917.

5. Ponto Final?

A situação já se encontrava fora do controle dos industriais e da polícia. A solução encontrada, para as negociações, veio de jornalistas que se propuseram a fazer a intermediação entre o operariado e o patronato. Sendo assim, convidam o CDP (Comitê de Defesa Proletária) a formar uma comissão de trabalhadores para que houvesse as tratativas.

E assim foi feito. Após longos debates entre as partes, ficou acordado: aumento de 20% do salário, não demissão dos grevistas, cumprimento da lei que impedia mulheres e crianças ao trabalho noturno, baixa dos preços dos gêneros de primeira necessidade com a implantação de feiras livres (evitando a ação de atravessadores e tornando o preço final mais justo).

O CDP realizou um pedido junto aos grevistas para que fosse considerada a pequena vitória alcançada, evitando-se assim, um mal maior já que tropas federais estavam se concentrando em São Paulo. No entanto, ficariam alerta a qualquer descumprimento das pautas atendidas, porque, conforme nos esclarece Lopreato (1996): “(...) na luta, eles encontraram a consciência de si”.

A greve geral chega ao fim no dia 17 de julho de 1917, após uma semana de intensas manifestações. Porém, desde seu princípio, nas dependências do Cotonifício Crespi, pode-se contabilizar, aproximadamente, mais de um mês de agitação e movimentação operária.

VII. CONHECER PARA REFLETIR: UMA BREVE DISCUSSÃO ACERCA DO ASSUNTO E SUA IMPORTÂNCIA

Nas fábricas paulistas, a grande maioria nos seus quadros de funcionários, era formada por imigrantes europeus que para cá vieram, para a troca da mão-de-obra escrava, com o fim da escravatura, pela mão-de-obra assalariada. Foi um grande projeto do governo brasileiro, estruturado para receber os imigrantes e distribuí-los aos mais diversos postos de trabalhos do mercado da, recém-proclamada, república nacional.

E dentre esses estrangeiros, existiam aqueles que foram expulsos por questões políticas de seus países de origem por causa de suas militâncias de cunho anarco-socialistas. As correntes ideológicas que pairavam dentre os operários da São Paulo fabril, dividia-se, basicamente, entre dois grupos: os anarco-comunistas (que propunham um caráter plural nas ações emancipadoras) e os anarquistas-sindicalistas (que defendiam o exclusivismo sindical como meio da revolução social), conforme pesquisa de Christina Lopreato em seu trabalho desenvolvido em 1996 na Universidade de Campinas.

A disseminação dessas ideias ocorria através de conversas informais e de encontros nas Ligas Operárias de bairro. Avaliando que havia um contingente considerável de pessoas que eram analfabetas, jornais operários como O Combate, A Plebe e A Lanterna, apenas para citar alguns, eram lidos pelos líderes anarquistas aos seus colegas de trabalho. Há que se destacar, também, que jornais como A Fanfulla eram redigidos em italiano, devido à comunidade operária italiana aqui estabelecida, os chamados “*oriundi*”.

Entretanto, a discussão a ser pontuada neste trabalho é a formação e a importância da consciência de classe adquirida. Não restam dúvidas de que a influência ideológica anarquista tenha sido a estruturação dessa consciência, afinal, para que se possa haver a aglutinação de algo, deve haver o agente aglutinador.

Assim como Cristina Hebling Campos, em seu livro “O Sonhar Libertário”, nos convida à reflexão:

“(...) tentei salientar que, com esta ideologia, apesar dela e dos seus limites, este foi um momento de constituição da classe operária.

Os momentos em que os trabalhadores aparecem como classe, são aqueles que eles se recusam, coletivamente, à dominação” (CAMPOS, 1988, p.177).

Despertar os operários para a compreensão de sua situação e possibilitar o entendimento de sua importância dentro do processo produtivo capitalista foi imperioso para que o movimento grevista de 1917 tenha se destacado em tamanho, coesão e, até mesmo, solidariedade.

Sem a existência e atuação estruturada de um sindicato e, mesmo assim, ter ocorrido essa aderência de trabalhadores convictos de sua luta pela exigência de direitos básicos é, certamente, digno de se manter na memória viva das causas operárias do Brasil, tendo São Paulo como vanguarda desses movimentos.

“A história do proletariado urbano brasileiro não está completa se a Greve geral de 1917 não for discutida, analisada, debatida (...)”².” (PAULA, 2017, p.61).

² Trecho extraído do livro: A Greve Geral de 1917: Perspectivas Anarquistas, elaborado em 2017 através de um grupo de estudos, reunido entre os meses de maio a junho, no Centro de Cultura Social (CCS) em São Paulo.

VIII. O DESENVOLVIMENTO DOS FIOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O LEGADO DA GREVE GERAL E SEUS DESDOBRAMENTOS ENQUANTO MANIFESTAÇÃO DE CLASSE

1. A reviravolta

Apesar de a greve geral de 1917 ter sido considerada vitoriosa por parte do operariado, foi no despojar dos meses de agosto e setembro de 1917, tempos depois de finalizadas as negociações que puseram fim ao movimento paredista, que teve início uma verdadeira “caça às bruxas”. Os industriais, juntamente com o auxílio dos poderes governamentais, promoveram através da Segurança Pública a busca, prisão e catalogação dos líderes grevistas.

Altino Arantes (1876-1965), governador do Estado de São Paulo à época, cargo esse chamado de Presidente do Estado (exercido de 1916 até 1920), desempenhou seu papel de autoridade máxima na perseguição aos grevistas.

“Em busca de apoio ao seu diagnóstico e às medidas a serem prescritas para extirpar o tumor anarquista, Altino Arantes acionou o secretariado, auxiliares, correligionários e jornalistas “amigos e de boa fé”. Na imprensa paulistana, os jornais Correio Paulistano e o Jornal do Comércio deram início, ainda no mês de julho, a uma campanha difamatória contra os libertários e reclamaram o uso de medidas drásticas para conter a onda subversiva que colocava em xeque a estabilidade do governo. Argumentaram em seus editoriais que os trabalhadores já haviam sido atendidos nas suas reivindicações e os alertava a não se deixarem seduzir por esses “pseudo-apóstolos do proletariado”, que se imiscuíam no meio operário para pregar idéias subversivas. Contra os chamados “lenines paulistas”, o governo do estado de São Paulo acenou uma repressão enérgica e aventou a possibilidade de decretação da lei marcial para a sua eficácia.” (LOPREATO, 1996, p.164-165).

Pessoas infiltradas nas fábricas delatavam os nomes dos participantes da grande greve e, durante a noite, as casas dessas pessoas eram invadidas pela

polícia. Eram conduzidas de forma arbitrária, segundo constata Lopreato (1996): “Após a suspensão da Greve Geral de julho, a Polícia infiltrou agentes secretos no meio operário (...). (...) Forças policiais se espalharam pela cidade. Ao mesmo tempo e em lugares diferentes, sem processo, sem formação de culpa e às ocultas, policiais invadiram lares na calada da noite (...)”.

Era o Estado, mais uma vez, tentando “calar” a força proletária. Muitos que eram imigrantes, através do dispositivo legal da “Lei Adolpho Gordo” (Decreto 1.641 de 07 de janeiro de 1907), a qual previa o degredo de estrangeiros do país, foram encaminhados aos seus países de origem.

O patronato, aos poucos, foi se desvencilhando do que havia sido acordado.

2. O saldo positivo

Contudo, apesar de todo o triste episódio do pós-greve, é possível refletir sobre os aspectos positivos dessa manifestação: a Greve Geral de 1917 foi um marco na história das lutas operárias do século XX. Os tecelões do Cotonifício Crespi, talvez, não imaginavam as proporções que aquela paralisação, iniciada em uma de suas seções, tomaria e representaria.

As dificuldades pela quais a classe operária vinha passando não estão encerradas, apenas, no ano de 1917. Outras greves ocorreram antes e ocorreriam depois. No entanto, o maior legado que esse movimento deixou foi, sem dúvidas, o despertar da consciência de classe.

Os operários, através de todas as influências já discutidas neste trabalho, fizeram provocar o sentimento de pertencimento que o trabalhador deve ter em relação à sua posição na pirâmide social. O fazer parte de uma classe social, requer, não somente estar contido num patamar estatístico, mas ter a consciência de suas origens e fazer valer seus direitos.

3. A luta não termina, ela permanece.

Após o movimento de 1917 outras greves ocorreriam, até que os direitos trabalhistas fossem consolidados já na Era Vargas, na década de 1940. O que demonstra que a demanda trabalhista não foi uma procedência do governo populista de Getúlio.

A importância da organização grevista do início do século XX, no Brasil, está no reconhecimento de direitos do trabalhador.

Portanto, é possível inferir que a gênese da organização sindical brasileira está na história da luta dos operários, demonstrada no revelar-se da consciência classista operária, na figura dos tecelões que iniciaram a grande paralisação de 1917. Consciência essa que deve primar pela vigilância constante da permanência desses direitos.

BIBLIOGRAFIA

KARL, Marx. O Capital: edição condensada. Condensador: Gabriel Deville; Tradução de Murilo Coelho. 1ª Ed. São Paulo: Coleção Folha: livros que mudaram o mundo, vol 13, 2010. 176 p.

BRASIL. Currículo do Estado de São Paulo. Secretaria da Educação. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/781.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2018.

COSTA, Luís César A.; MELLO, Leonel Itaussu A. História do Brasil. 4 ed. São Paulo, Scipione, 1992.

COTRIM, Gilberto. História e Consciência do Brasil. 7 ed. São Paulo, Saraiva, 1999.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa II: a maldição de Adão. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012. 451 p.

ANTUNES, Ricardo (Org.). A Dialética do Trabalho II: escritos de Marx e Engels. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 232 p.

FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social: 1890-1920. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 368 p.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917. 1996. 273f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível

em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279980>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO – 1911-1920 (DET-SP). São Paulo. Acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica – PUC-SP

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1870-1930). Campinas, UNICAMP/HUCITEC, 1988

BLAY, Eva Alterman. Eu não tenho onde morar. São Paulo, Nobel, 1985

PINHEIRO, Paulo Sérgio, HALL, Michael M. A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930): Condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. Campinas, Brasiliense, 1981.

DEL ROIO, José Luiz. A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena. São Paulo, Alameda, 2017

BRASIL. Lei nº 432 de 03 de agosto de 1896. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1896/lei-432-03.08.1896.html>>. Acesso em 03 mar 2018

SILVEIRA, Eujacio Roberto. São Paulo 1917-1921, aprendendo a ser patrão: 'o fazer-se' da fração industrial da burguesia paulista. 2016. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-14022017-094227/pt-br.php>>. Acesso em: 23 out 2018.

LEUENROTH, Edgard. O movimento operário – A Greve de 1917. São Paulo, CCS, 2017

GODOY, Clayton Peron F., MARCHESIN, Lucas T., SILVA, Rodrigo Rosa da. (orgs.). A Greve Geral de 1917: Perspectivas Anarquistas. São Paulo, Biblioteca Terra Livre, 2017

CAMPOS, Cristina Hebling. O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921. Campinas, Pontes, 1988

Textos Complementares para aplicação da sequência didática

1 - Movimento Operário na República Velha: Disponível

em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u12950.shtml>> Acesso em 22 set. 2018;

2 - Greve geral no Brasil: dos anarquistas ao 'derruba o general': Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/revistas/127/greve-geral-ha-100-anos-quando-o-povo-foi-as-ruas>>. Acesso em 22 set. 2018.

Mapa da Percorrida Educativa: Disponível em: <<https://atlas.fgv.br/marcos/o-movimento-operario-e-greve-geral-de-1917/mapas/sao-paulo-na-greve-geral-de-1917>>. Acesso em 22 set. 2018.

Jornal – Fac-símile "A Plebe": Imagem disponível em:

<<http://tendadelivros.org/arquivo17/portfolio-type/a-plebe/>>. Acesso em: 03 mar.2018.

ANEXO - DESENVOLVIMENTO DA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

I. Identificação

Atividade: Percorrida Educativa : Percurso da Greve Geral de 1917 nas ruas dos bairros operários de São Paulo

Nível Ensino: 8º ano Ensino Fundamental II

Turma: Turma 1

Disciplina: História do Brasil República: Movimento Operário na República Velha

Tema: O Cotonifício Crespi e a Greve Geral de 1917

Tempo Duração: 01 (um) bimestre

Total Aulas: 05 aulas

Mês 1 – Aulas Teóricas

Quantidade aulas: 02 (duas)

I. Aula I

a) **Conteúdos:** Livro Didático e Texto Complementar;

b) **Objetivos:**

- **Gerais:** 1- Conhecer a formação do movimento operário na República Velha / 2 - Identificar as relações do Estado com o operariado / 3 - Conhecer as condições de vida do operário fabril no início do séc XX

- **Específicos:** 1 - Identificar as influências ideológicas do movimento de 1917 / 2 - Conhecer as reivindicações dos grevistas / 3- Conhecer a repressão que o governo impunha às manifestações do operariado.

c) **Recursos:** utilização de projetor para exibição de *slides* para aula expositiva / fotocópias para distribuir o texto complementar;

d) **Etapas da aula expositiva:**

- Apresentação do tema da aula;
- Os alunos irão abrir a página solicitada do livro didático para acompanhar as explicações;
- Exposição dos slides, contendo fotos do movimento operário e tópicos do assunto a ser abordado.

e) **Avaliação:** aplicação de exercícios de múltipla escolha

II. Aula II

a) **Conteúdos:** Jornal – versão “fac-símile” – A Plebe / Mapa da percorrida educativa – percurso da greve de 1917.

b) **Objetivos:**

- **Gerais:** 1 - Aprender a trabalhar com fontes históricas / 2- Identificar a linguagem do movimento operário de 1917 e suas reivindicações / 3 - Analisar, criticamente, as fontes históricas.

- **Específicos:** 1 - Analisar, criticamente, as notícias sobre a greve / 2- Conhecer a linguagem do jornal operário/ 3 - Identificar aspectos políticos e sociais da greve de 1917.

c) **Recursos:** Fotocópias da versão fac-símile do jornal A Plebe / Fotocópias do mapa do percurso a ser realizado / Utilização de projetor para exibição de *slides* com as imagens dos principais jornais operários da época.

d) **Etapas da aula expositiva:**

- Apresentação do tema da aula;

- Distribuição das cópias do jornal A Plebe;
- Exposição dos slides, contendo fotos dos principais jornais da época.
- e) **Avaliação:** Debate com os alunos sobre as condições em que viviam os operários, sendo o motivo da deflagração da greve geral de 1917.

Mês 2 – Aulas Teóricas e Prática

Quantidade aulas: 03 (três)

III. Aula I - Teórica

- a) **Conteúdos:** Texto Complementar;
- b) **Objetivos:**
- **Gerais:** 1 - Identificar a proporção do movimento de 1917 / 2- Conhecer a repressão contra os grevistas na primeira metade do séc XX / 3 - Analisar a formação da consciência de classe.
 - **Específicos:** 1 - Verificar o caminho percorrido pelos grevistas nas ruas de São Paulo / 2- Conhecer a como a questão do operariado era tratada de forma violenta pelo Estado / 3- Analisar a formação solidária do operariado na luta por direitos.
- c) **Recursos:** Fotocópias do texto complementar;
- d) **Etapas da aula expositiva:**
- Apresentação do tema da aula;
 - Leitura do texto complementar;
 - Orientações aos alunos de como será realizado o percurso educativo.
- e) **Avaliação:** Discussão junto aos alunos sobre o texto complementar lido.

IV. Aula II - Prática

- a) **Conteúdos:** Mapa da Percorrida - Percurso da Greve de 1917;
- b) **Objetivos:**
- **Gerais:** 1 - Conhecer "*in loco*" o local dos fatos ocorridos na greve geral de 1917 / 2- Identificar os lugares de memória referentes ao movimento operário de 1917/ 3 - Analisar a extensão que a greve dos operários, em 1917, tomou nas ruas de São Paulo.
 - **Específicos:** 1 - Identificar a importância histórica dos lugares que foram marco da Greve Geral de 1917 / 2- Conhecer "*in loco*" o local onde se iniciou a greve geral de 1917 / 3 - Observar, durante a percorrida, as casas e as fábricas, que ainda guardam características da época do movimento e fazer uma reflexão acerca do modo de vida dos operários fabris.
- c) **Recursos:** Fotocópias do mapa do percurso a ser realizado / utilização de micro-ônibus para transportar os alunos durante o trajeto;
- d) **Etapas da aula prática:**
- Recepção dos alunos em local previamente combinado para o encontro;
 - Distribuição das cópias do mapa do percurso;
 - Orientações de como será realizado o percurso e dos cuidados necessários para este tipo de atividade.
- e) **Desenvolvimento do Percurso:** O percurso terá início em frente ao Cotonifício Crespi, na Rua dos Trilhos – Bairro: Moóca; passará na Rua Monsenhor Andrade – Bairro: Brás, fazendo uma parada em frente à antiga Tecelagem Mariângela; irá até a Rua Caetano Pinto – Bairro: Brás, fazendo

uma parada no local em que ocorreu o início do cortejo fúnebre do operário José Martinez (símbolo do estopim da greve de 1917); passará pelas locais: Av. Rangel Pestana / Rua do Carmo / Rua XV de Novembro / Rua São Bento / Viaduto do Chá / Rua Barão de Itapetininga / Praça da República / Av. Ipiranga / Rua da Consolação; e finalizará no Cemitério do Araçá, local onde José Martinez foi enterrado. Durante o percurso serão realizadas várias paradas, nos pontos identificados no mapa, para a turma fazer uma reflexão acerca dos marcos importantes que representam cada ponto (comícios durante o movimento grevista de 1917).

V. Aula III - Teórica

a) **Conteúdos:** Mapa da Percorrida - Percurso da Greve de 1917;

b) **Objetivos:**

- **Gerais:** 1 - Discutir sobre as impressões acerca da greve geral de 1917 / 2- Verificar o que foi aprendido sobre o movimento operário/ 3 - Identificar a importância da luta por direitos trabalhistas.
- **Específicos:** 1 - Identificar as peculiaridades que foram observadas durante o percurso / 2- Avaliar e discutir as dúvidas suscitadas pelos alunos, durante o trajeto / 3 - Discutir o que o movimento operário de 1917 trouxe de importância para os dias atuais da classe trabalhadora..

c) **Recursos:** Fotocópias do mapa do percurso realizado;

d) **Etapas da aula expositiva:**

- Apresentação do tema da aula
- Comentários em sala de aula sobre as impressões dos alunos ao realizarem o percurso da greve de 1917.

e) **Avaliação:** Elaboração de uma redação, a ser entregue em data prevista, cujo tema é: "A Greve Geral de 1917: a atuação dos operários no maior movimento grevista do início do século XX".